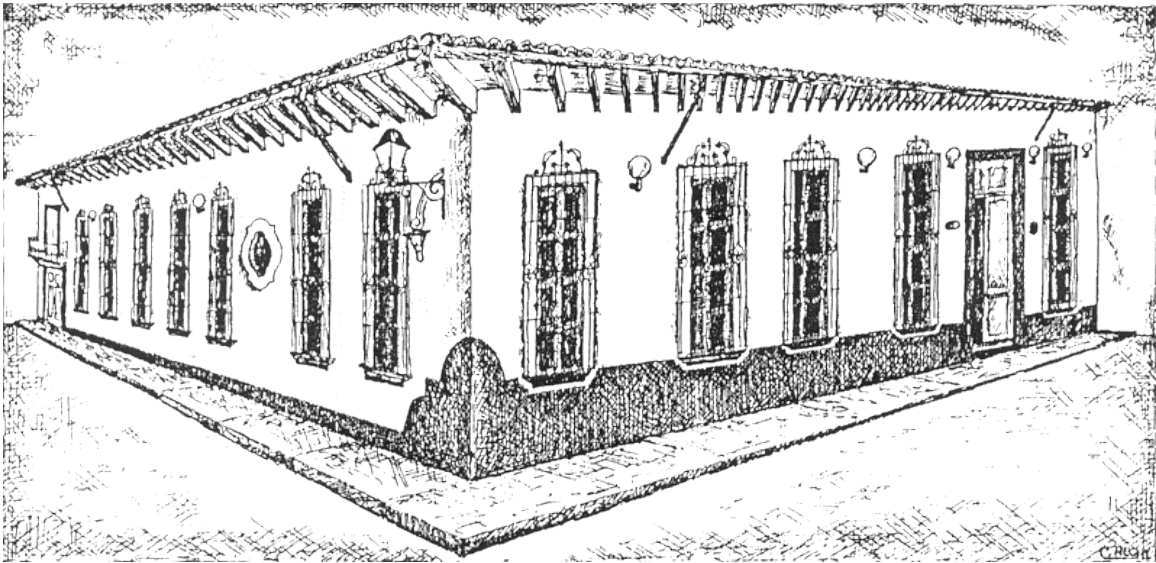


Cuadernos de Trabajo

Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales

UNIVERSIDAD VERACRUZANA



10

**Da Geografia às Geo-grafias
Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades**

CARLOS WALTER PORTO GONÇALVEZ

Xalapa, Veracruz, Abril 2002

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES HISTÓRICO-SOCIALES

Director: Alberto J. Olvera

CUADERNOS DE TRABAJO

Editor:

Feliciano García Aguirre

Comité Editorial:

Joaquín R. González Martínez

Rosío Córdova Plaza

Pedro Jiménez Lara

Alfredo Zavaleta Betancourt

CUADERNO DE TRABAJO N° 10

© Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales

Universidad Veracruzana

Diego Leño 8, Centro

Xalapa, C.P. 91000, Veracruz

ISSN 1405-5600

Viñeta de la portada: Luis Rechy (†)

Cuidado de la edición: Job Hernández Rodríguez

Abril de 2002

Impreso en México

Da Geografia às Geo-grafias
Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades

CARLOS WALTER PORTO GONÇALVEZ

Cuadernos de trabajo
Instituto de investigaciones Histórico-Sociales
Universidad Veracruzana

A época dos descobrimentos europeus e a comunicação cada vez mais intensa entre os espaços e povos da terra, que veio em seguida, sempre carregaram dentro de si um real elemento de utopia. Mas tanto sangue foi derramado, tantas vidas e culturas foram destruídas, que parece muito mais urgente denunciar a barbaridade e o horror da expansão da Europa Ocidental (e também dos EUA, dos soviéticos e dos japoneses). Achamos importante, entretanto, não esquecer as tendências utópicas que sempre acompanharam a marcha rumo à globalização, ainda que essas tendências tenham sido continuamente derrotadas pelos poderes da soberania moderna. O gosto da diferença e a crença na liberdade universal e na igualdade dos seres humanos, próprios do pensamento revolucionário do humanismo da Renascença, reaparecem aqui em escala global. Esse elemento utópico da globalização é o que nos impede de simplesmente cair de volta no particularismo e no isolacionismo, em reação às forças totalizantes do imperialismo e da dominação racista, induzindo-nos, em vez disso, a forjar um projeto de contra-globalização, de contra-Império. Esse momento utópico, entretanto, nunca deixou de ser ambíguo. É uma tendência que constantemente entra em conflito com a ordem soberana e a dominação (Negri & Hardt, 2001 : 132).

Presentación

En el marco de la reunión de CLACSO, el fin de año pasado conocí a Carlos Walter Porto Gonçalvez por intermediación de Jorge Lora Cam. Hablamos sobre la situación geoestratégica de los recursos que poseemos los pueblos latinoamericanos, de la voracidad y desesperación estadounidense por posesionarse de todo el territorio. Conversamos también sobre la publicación de su libro en México por Siglo XXI, en el cual recoge las experiencias de los cultivadores de caucho dentro de la perspectiva que ofrecen el actual contexto de las luchas y movilizaciones sociales en Brasil.

La generosidad de Carlos se hizo presente de inmediato al darme un diskette conteniendo sus últimos trabajos, acompañado de una frase que creí desterrada del léxico de los intelectuales y activistas latinoamericanos: tu puedes publicarlos si crees que pueden ser de interés con mi nombre o con el nombre de ambos. A lo cual respondí que no podía hacer usar su trabajo para poner mi nombre. Él insistió: ¿Qué es el conocimiento que construimos, acaso no una construcción social? ¿Cómo aprendimos a hablar, acaso no tomado prestadas las palabras de otros? ¿Cómo construyo el saber, no acaso tomado prestadas reflexiones y conocimientos de otros?

En un momento en el cual la estrategia neoliberal ha hecho creer a infinidad de intelectuales que es su deber asumir el presupuesto de la eficiencia del mercado —y por lo tanto la propiedad de cualquier cosa que no les pertenece, influenciados por la apropiación transnacional que pretende avasallar todos los ámbitos de la vida de los pueblos—, la actitud de Carlos contrasta enormemente con las actitudes de las mayorías inconsecuentes.

Pero no son sólo las actitudes de nuestro colega y amigo lo que nos invita a difundir el presente texto, es ante todo la importancia de su enfoque. *La geografía como geo-graftas*. Un mundo en busca de nuevas territorialidades. Sí como graftas, marcas sobre la tierra que involucra la vida de millones de seres humanos. Es urgente repensar la geografía a la luz de los embates del capitalismo real que trastoca medioambientes y formas culturales diversas ¿pero armados de qué teorías, de qué saberes? Esta necesidad que como urgencia nos imponen las decisiones tomadas desde las cúpulas del poder, como el Plan Gran Visión, el Plan Puebla-Panamá, el Plan Colombia o la aprobación de la actual ley indígena en México, el enorme tránsito de migrantes hacia el norte, la extendida explotación de la fuerza laboral por medio de las maquiladoras, la extracción de germoplasma y recursos naturales no renovables, acompañados de la fuerte intervención norteamericana en el continente, nos reclama formas creativas de interpretación alternativas. Eso es lo que explica en parte la importancia y publicación del presente cuaderno de trabajo, al que damos la bienvenida.

FJGA

Introdução

Desde 1648, com a Paz de Westfália, uma ordem internacional vem sendo instituída consagrando o Estado Territorial como forma geográfica de organização das sociedades modernas e contemporâneas. À época ainda não era possível falar de Estado Nacional posto que o soberano era o Monarca que se afirmava sobre um espaço delimitado por fronteiras forjadas por meio de casamentos (alianças) e guerras. Soberano era o Príncipe – o Estado – que reinava sobre um território. O povo, enquanto categoria portadora de direitos, haveria de esperar até a Revolução Francesa para ver formalmente reconhecida a sua soberania. A partir daqui, sim, poderíamos começar a falar de Estado Nacional porque, de alguma forma, uma nação enquanto sujeito identitário (cultural) começa a ser forjada, mesmo que sobre os despojos de outras nações, no sentido mais antropológico, como se deu na formação da quase totalidade dos Estados hoje existentes ¹.

Essa ordem geográfica e política instituída pelos protagonistas que se fazem a si próprios por meio dos Estados Territoriais Nacionais ganha seus contornos mais avançados com a criação da Organização das Nações Unidas após a 2ª Guerra Mundial. A partir daí, conforme veremos mais adiante, um verdadeiro “caos sistêmico” (Arrighi) se instaura com a convivência contraditória entre protagonistas que se fazem a si mesmos por meio de distintos regimes de produção territoriais de poder como os Estados Nacionais, o Imperialismo, o Império (Negri & Hardt) e outros que vêm à cena política enquanto *desplazados*, refugiados, migrantes, cada vez em maior número, ou enquanto movimentos sociais que clamam por demarcação de territórios (camponeses, indígenas, comunidades negras, entre outros).

Como vemos há uma íntima relação entre espaço e política. Recordemos que, para os gregos, *polis* originariamente significava o limite que separava a cidade do campo e só num segundo momento *polis* passou a designar cidade tal como hoje a designamos. Para os gregos não existe cidade sem cidadania e a *polis* implica a política que é, sublinhe-se isso, a arte de definir os limites ². Essa relação Polis e Política (Cidade e Cidadania)

¹ - Ver Gonçalves, São Paulo, 1996 e Gonçalves, México, 2001.

² - Tirania quando *um* define os limites para todos. Oligarquia quando *poucos* definem os limites e Democracia quando *todos* os Cidadãos definem os limites para todos.

marcou toda uma rica história de lutas nos burgos da Idade Média européia legado esse que devemos recuperar quando, desde aproximadamente o ano 1200

seres humanos se declararam donos da própria vida, produtores de cidades e de história e inventores de céus. Herdaram uma consciência dualista, uma visão hierárquica da sociedade, uma idéia metafísica da ciência; mas passaram adiante, para as gerações futuras, uma idéia experimental de ciência, uma concepção constituinte de história e de cidades, e propuseram o ser como terreno imanente do conhecimento e ação. O pensamento desse período inicial, nascido simultaneamente na política, na ciência, na arte, na filosofia e na teologia, demonstra a radicalidade das forças em ação na modernidade (Negri & Hardt, 2001: 88-89).

Um importante legado do pensamento ocidental para a política, como insistia Cornelius Castoriadis, reside na idéia de que são os próprios homens e mulheres que criam seu próprio mundo e nesse magma de significações a razão adquire um lugar destacado. Registre-se que a razão aqui é, sempre, passível de crítica e, por isso e para isso, razão e *ágora*, enquanto *locus* desse debate, se pressupõem. Nenhuma razão fundamental está livre da crítica racional, até mesmo a razão do Rei-filósofo que nos quer dar a lei pronta, como uma verdade exterior à sociedade. Eis uma questão que ora se coloca até mesmo pelos fundamentalismos de várias ordens (de Mercado, Islâmicos, Destinos Manifestos e quetais)

Sabemos que foi na crise da democracia grega que começou a querer se afirmar uma razão que quer se impor *sobre a polis* e que quer distinguir, com rigidez, o que é filosófico do que é mítico e religioso. É como se a sabedoria (sofia) deixasse de ter amigos (filia) aqui na terra e só nos chegasse após os esforços de algum sábio isolado livre do trabalho e da vida mundana. Assim, a verdade ou a razão ³ não habitaria entre os homens e mulheres mortais mas, sim, seria trazida de fora como que se fôra unvida por um sábio a partir dos céus (Theo-ria ⁴). Foi esse o caminho que levou a filosofia a chamar de pré-socráticos todo um conjunto de pensadores (como Demócrito, Epicuro, Heráclito

³ - É interessante observar como na linguagem do senso comum verdade e razão são termos que se equivalem. Sempre se debate para saber quem tem razão, quem está com a verdade. O mais interessante é que “o dono da verdade” é, quase sempre, visto com ressalva o que indica que tão importante como saber quem está com a razão ou quem está com a verdade é o debate para se chegar à razão e à verdade. Mais uma vez retornamos à *ágora* grega.

⁴ - Que, nesse caso, está muito próxima de Theo-logia.

...) pelo nome de um pensador que eles sequer conheceram (Sócrates). Os chamados filósofos pré-socráticos não construíram sistemas filosóficos e doutrinários, como será característico do bom filósofo a partir da crise da democracia grega e, desse modo, seus pensamentos estavam abertos para que o interlocutor com ele interagisse. Uma dialógica era constituinte desses pensamentos/desses pensadores e daí valorizarem tanto arte da argumentação (a retórica).

O momento que ora vivemos nos coloca diante de questões do mesmo gênero que as invocadas acima. Afinal, vivemos a crise da forma geográfica da sociedade moderna que é o Estado Territorial Nacional e de todo um conjunto de relações sociais e de poder que o sustenta.

Destaquemos, pois, que no bojo dessas questões geográficas, sociológicas, jurídicas e políticas está a própria questão do conhecimento, da relação entre o sujeito e o objeto, tal como modernamente se põe. Vimos como para os gregos Cidade e Cidadania e Polis e Política não se excluem como, também, Espírito e Matéria ali onde Mortais e Imortais (os deuses) habitam a mesma Physis.

Deste modo a divisão do trabalho científico – as diversas disciplinas, por exemplo – está posta em xeque e, também, a relação do conhecimento científico com outras formas de conhecimento, com toda a implicação social e política que essa questão nos coloca.

El éxito de la ciencia dio al Estado moderno un modelo legitimador en la toma de decisiones ‘racionales’. El descubrimiento de los hechos verdaderos llevaba a tomar las acciones correctas. En otras palabras, lo Verdadero conducía al Bien. La racionalidad se convirtió en sinónimo de ‘racionalidad científica’ y el conocimiento fue sinónimo de ‘conocimiento científico’. Otras formas de conocimiento e otras apelaciones a la racionalidad, como el conocimiento práctico agrícola, medicinal o artesanal, fueron considerados de segunda categoría (Funtowicz y de Marchi, 2000: 58).

A divisão do trabalho científico entre as ciências naturais e as ciências humanas fica borrada quando a mudança climática global deixa de ser um tema exclusivo de geógrafos físicos meteorologistas ou físicos e se torna objeto de debate político pondo em xeque a atual matriz energética fossilista vis a vis o futuro da humanidade e do planeta.

Acrescente-se a isso o enorme interesse que instituições de pesquisa de ponta, como a NASA, manifestam pelo elevadíssimo índice de acerto na previsão do tempo meteorológico que fazem *peritos* das populações tradicionais do sertão semi-árido do nordeste brasileiro. A biologia molecular, por seu lado, cada vez mais se vê implicada com questões que passam longe dos cursos de biologia, como a Ética e a Política. A diversidade biológica torna-se um tema não só biológico, quase sempre destinado aos grandes grupos empresariais mas, também, das populações que detêm conhecimentos preciosos sobre espécies animais e vegetais e que hoje disputam os direitos de propriedade intelectual. Como se vê ficam indefinidos não só os limites entre as ciências mas, também, entre diferentes modos de conhecer, já não sendo possível traçar com tanta certeza o limite entre quem sabe e quem não sabe.

Limite entre saberes, limite entre disciplinas, limite entre países. Por todo lado se fala que os limites já não são rígidos, que os entes já não são tão “distintos e definidos” como um certo positivismo quis até aqui. Cada vez mais se fala de empresas *internacionais*, ou *transnacionais* ou *multinacionais*, assim como se fala de *interdisciplinaridade*, *transdisciplinaridade* ou *multidisciplinaridade*, enfim, por todo lado são usados os prefixos *inter*, *trans* ou *multi* indicando que novas pontes, novas relações devem ser estabelecidas.

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, matéria/mente, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa. Este relativo colapso das distinções dicotômicas repercute-se nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram. (Boaventura de Souza Santos – 1996, p. 39-40).

São novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios de existência material, enfim, são novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de geo-grafar. É sobre isso que nos deteremos agora.

Recuperando o Espaço Geográfico. Para Uma Teoria Social Crítica

... a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades da percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês (geógrafos). Há um tema que gostaria de estudar nos próximos anos: o exército como matriz de organização e de saber – a necessidade de estudar a fortaleza, a ‘campanha’, o ‘movimento’, a colônia, o território. A geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo Michel Foucault - *Microfísica do Poder*, Graal ed., Rio de Janeiro, 1979, p. 164-5.

Há na tradição hegemônica do pensamento ocidental uma supremacia do tempo em relação ao espaço, sobretudo na Modernidade. O progresso é, quase sempre, algo que se dá enquanto mudança qualitativa no tempo, daí poder dizer-se que aquele povo ou aquela região é atrasado/a ou adiantado/a, como se houvesse um relógio ou, mais precisamente, um cronômetro cultural.

O *time is money*, uma das máximas centrais de uma sociedade mercantil que se institui a partir da Renascença na Europa norte-ocidental -- é só mais uma das indicações da sobrevalorização, nesta sociedade, do tempo sobre o espaço. Afinal, não se diz *space is money*., muito embora saibamos que não sendo a riqueza redutível à sua expressão simbólica - o dinheiro - a expansão da sociedade mercantil européia foi, também, sua expansão geográfica para outros mundos.

A produtividade, outro desses categoremas que constitui o magma de significações do mundo moderno é, também, temporal pois indica um *quantum* produzido numa determinada unidade de tempo, assim como a rentabilidade só pode ser apreciada num marco temporal.

Considere-se, ainda, a velocidade, essa verdadeira obsessão moderna, e lá veremos, também, a busca, a todo custo, da supressão do espaço pelo tempo. Afinal, se é tanto mais veloz quanto mais espaço percorremos na mesma unidade de tempo – quilômetro/hora, metro/segundo.

Até mesmo a coordenada geográfica – a latitude e a longitude – que mede o espaço o faz por meio do tempo, isto é, em grau, minuto e segundo ⁵. Não sem sentido, o centro do tempo do mundo nos é dado pelo meridiano de Greenwich, muito embora saibamos que sendo a Terra um geóide, uma esfera aproximada, a rigor não tem centro.

Até mesmo a utopia é um não-lugar ou é um lugar imaginário que se situa num outro tempo melhor que o nosso tempo, longe do nosso espaço do aqui-e-agora.

Nem mesmo um pensador marxista da estatura de L. Althusser escapou a essa tradição que desqualifica o espaço:

O recurso às metáforas espaciais, de que (...) o presente texto faz uso coloca um problema teórico: o das suas condições de existência em um discurso com pretensão científica. Este problema pode ser exposto da maneira seguinte: por que um certo tipo de discurso requer necessariamente o uso de metáforas retiradas de discursos não científicos? (Extrato de *Ler O Capital* In Revista *Heródote* no. 01, Questions à Michel Foucault sur la Géographie, Paris, 1976).

Assim, o espaço como o aqui-e-agora e, platonicamente, *locus* das imperfeições mundanas, parece nos condicionar e, assim, nos impedir de ser livres. A idéia da liberdade como um pássaro voando é mais uma dessas imagens fortes que privilegia o tempo em detrimento do espaço – diz-se, o tempo voa –, muito embora sejamos obrigados a lembrar, com Imanuel Kant, que o vôo do pássaro, por mais que implique o afastamento do espaço concreto do dia a dia com suas coações, só é possível pelo atrito do pássaro com o ar. Não há liberdade sem atrito. Não se escapa da materialidade voando.

Associe-se a essa imagem uma outra, igualmente forte em nossa tradição ocidental, do intelectual que deveria se retirar da vida mundana – o espaço nosso de cada dia - para, pelo pensamento livre de qualquer coação, aceder à verdade. São enormes os efeitos que daí advém como a sobrevalorização do trabalho intelectual, abstrato, em relação ao trabalho braçal, concreto, assim como toda uma topologia inscrita no discurso político entre o superior e o inferior, entre os ‘de baixo’ e os ‘de cima’, entre aqueles que vêm longe

⁵ - Sabendo-se que um grau de longitude equivale a uma hora; uma hora a 60 minutos e um minuto a 60 segundos.

porque vêm do alto (*panopticum*) e os que têm visão curta porque não têm horizontes amplos.

O filósofo Michel Foucault teve o mérito de recuperar o significado do espaço e o fez não como uma categoria antagônica ao tempo. É ele quem nos diz que

Seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. (...). O espaço era o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético.

A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse de espaço, é porque era contra o tempo. É porque ‘negava a história’, como diziam os tolos, é porque era ‘tecnocrata’. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados (M. Foucault, op.cit, p. 158-9).

Eis o cerne da questão captado por Foucault – a relação íntima entre espaço e poder - que já havíamos adiantado. E aqui toda a questão do poder se revela na medida que as *delimitações*, os *recortes de objetos*, as *classificações*, as *organizações de domínios* sendo *procedimentos de poder* afirmam o poder ainda mais quando “*a descrição espacializante dos fatos discursivos* [que nos proporcionaria] *análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados*’ não é considerada, como nos disse acima Foucault.

A geografia, enquanto saber que se manteve preso ao espaço, pagou um preço caro por isso. Por ter se desenvolvido preocupada com o espaço teve que lidar com a relação da sociedade com a natureza e, assim, também se reconheceu mal na divisão do trabalho científico entre ciências naturais e ciências sociais, como tão bem salientou Boaventura de Souza Santos⁶. O paradigma de cientificidade hegemônico herdado exigia esse recorte entre o natural e o histórico e eis mais uma razão para que a geografia fosse desqualificada na

⁶ - “Aliás, sempre houve ciências que se reconheceram mal nestas distinções e tanto que se tiveram que fraturar internamente para se lhes adequarem minimamente. Refiro-me à antropologia, à geografia e também à psicologia. Condensaram-se nelas privilegiadamente as contradições da separação ciências naturais/ciências sociais. Daí que, num período de transição entre paradigmas, seja particularmente importante, do ponto de vista epistemológico, observar o que se passa nessas ciências” (Boaventura de Souza Santos – 1996 : 40).

hierarquia de poder científico. Essa indefinição entre o natural e o social era suficiente para que se desqualificasse o conhecimento como um conhecimento pré-científico.

Tudo isso não impediu que a geografia tivesse um papel extremamente relevante na ordem societária que a criou e que ora se encontra em crise. Afinal, a primeira vez que se usou a palavra geógrafo foi em 1537 e para designar ‘o funcionário do Rei fazer mapa’, ou seja, aquele especialista em re-presentar o espaço, em delimitar as fronteiras para o Estado Territorial nascente. Mais tarde, com a ajuda da estatística ⁷, ciência de estado, os geógrafos se encarregarão de proporcionar as condições para a organização do espaço ⁸ (*aménagement du territoire*, dizem os franceses) para que o Estado Territorial Moderno se afirmasse (Gonçalves, 1996).

O espaço geográfico e o território se colocam como conceitos chaves para a compreensão dos complexos processos que ora põem em crise o mundo moderno. Afinal, uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje diz respeito, exatamente, às novas grafias na terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo ⁹. Assim, se impõe, de imediato, a necessidade de des-substantivar o espaço geográfico posto que, quase sempre, é visto como uma realidade objetiva exterior à sociedade.

A perspectiva tradicional de não considerar a geograficidade tem implicações importantes para as ciências sociais, para não dizer para a sociedade mesma. O território, por exemplo, é considerado como um suporte, como se fôra uma base da sociedade e, como tal, algo sobre o que a sociedade se ergue que, todavia, não tem maiores implicações sobre o devir. Seus limites fronteiriços são vistos como um invólucro externo que delimita a

⁷ - Statistik, do alemão, informação para o Estado.

⁸ - Aquilo que os geógrafos, de uma maneira até certo ponto pueril, dizem ser o seu objeto de estudo – a organização do espaço – é, na verdade, um atributo do Estado que o realiza por meio dos gestores territorialistas, funcionários do Estado, entre eles os geógrafos. Na verdade, para os geógrafos a organização do espaço é, quase sempre, um objeto de desejo.

⁹ - Essa questão se coloca até mesmo no plano da busca de novos paradigmas na medida que todo paradigma é instituído tendo, portanto, processos e sujeitos instituintes.

soberania entre Estados como se esse limites externos não contivessem as marcas dos protagonistas internos que os instituíram¹⁰.

Ora, é preciso considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar-junto (proxemia) o que implica, sempre, que toda sociedade ao se instituir enquanto tal o faz construindo o seu-espaço não cabendo, pois, uma separação entre o social e o geográfico, separação esta que, num segundo momento lógico, serve para estabelecer uma relação de causalidade seja da sociedade para o espaço (sociologismo), seja do espaço para a sociedade (espacismo, geografismo). O ser social é indissociável do estar.

A sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica. A expressão, por certo, causa um certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história. Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente.

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades - territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989). Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material. É preciso recuperar essa dimensão material sobretudo nesse momento como o que vivemos em que se dá cada vez

¹⁰ - O caso brasileiro é exemplar dessa tese. Em 1823, portanto um ano após a independência, as elites luso-amazônidas resolvem se aliar ao Rio de Janeiro integrando a atual Amazônia, então Província do Grão-Pará e Rio Negro, dando os contornos aproximados ao território do Brasil de hoje. Registre-se que esses 54% do território foram integrados ao Brasil porque as elites lusas da Amazônia temiam a abolição da escravatura em Portugal e associando-se ao Rio de Janeiro a escravidão permaneceria. Talvez aqui encontremos boas razões para o perfil de enorme concentração de riqueza e poder reinante no território da sociedade brasileira (Gonçalves, 2001b).

mais importância à dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material.

Jacques Ranciere em artigo recente no Jornal Folha de São Paulo (11/11/01) foi taxativo quando afirmou

Àqueles que já nos viam vivendo futuramente no puro universo virtual das redes, àqueles que diziam que o horror vivido nesse dia já tinha sido previsto pelos filmes de catástrofe, o dia 11 de setembro [de 2001] fez lembrar, em primeiro lugar, que ainda vivemos e trabalhamos em edifícios de ferro, pedra e vidro, cuja resistência e cujo desgaste nada têm a ver com as telas ou os efeitos especiais, e que, quando desabam, desabam de fato.

É preciso considerar aqui que a geograficidade vai além das condições naturais, como comumente é aceito nas ciências sociais. Com certeza, a natureza faz parte da materialidade que constitui o espaço geográfico. E aqui não se admite uma distinção, tão cara ao pensamento dualista dicotomizante, entre o material e o simbólico. Consideramos, ao contrário, que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido, só se apropriam daquilo que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica.

Não nos sintamos confortáveis com essa observação, como se ela nos tivesse livrado de um empirismo ou de um materialismo vulgar, posto que ela nos coloca diante de enormes desafios tanto teóricos como, sobretudo, políticos. Afinal, não estamos habituados a trabalhar com a complexidade da relação entre o material e o simbólico e, por isso, ora optamos por um, ora por outro¹¹. Consideremos a palavra água que, enquanto palavra, é o duplo (simbólico) da (matéria) água. Embora a palavra seja fundamental para nos relacionarmos socialmente, a palavra água enquanto tal não pode nos saciar a sede. Há uma dimensão da matéria que é irreduzível ao simbólico.

Há limites, sempre vagos e imprecisos, é claro, entre o material e o simbólico e, por isso, é sempre possível de-signar os entes de modo diferente, dar nomes distintos, tornados

¹¹ - Na Geografia houve quem dissesse (Vidal de la Blache) que era uma ciência dos lugares, não do homens. Ou então B. Werlen diz que 'se *ação*, em lugar do *espaço*, se tornasse o objeto central da geografia social, o *arranjo* espacial dos objetos seria relevante não como uma causa, mas como uma condição e uma consequência necessária da ação humana' (Citado por Milton Santos, op. Cit, p. 68).

igualmente (socialmente) próprios e os nomes próprios, sabemos, são apropriações do mundo, são invenções de mundo. Vejamos o que nos diz a respeito Ernst Cassirer:

A classificação é uma das características fundamentais da linguagem humana. O próprio ato de denominação depende de um processo de classificação. Dar nome a um objeto ou a uma ação equívale a incluí-lo em certo conceito de classe. Se esta inclusão fosse, de uma vez por todas, prescrita pela natureza das coisas, seria única e uniforme. Entretanto, os nomes que ocorrem na linguagem humana não podem ser interpretados desta maneira invariável. Não se destinam a referir-se a coisas substanciais, a entidades independentes que existem por si mesmas. São antes determinados por interesses e propósitos humanos, que não são fixos nem invariáveis. Nem são feitas ao acaso as classificações que se encontram na linguagem humana; baseiam-se em certos elementos constantes, que se repetem, da nossa experiência sensorial. Sem tais repetições não haveria posição segura nem ponto de apoio para nossos conceitos lingüístico (Cassirer, 1977 : 212-3).

E aqui vemos reaparecer a tensão constitutiva (criativa) entre o material e o simbólico, entre a linguagem e “*certos elementos constantes, que se repetem, da nossa experiência sensorial*”¹².

O geógrafo brasileiro Milton Santos insiste nessa indivisibilidade entre o material e o simbólico dizendo que o espaço geográfico

é um misto, um híbrido, formado da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço (Santos, M. 1996 : 234).

(...) O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido. Nesse sentido não há significações independentes dos objetos (Santos, M. 1996 : 70).

Estamos assim longe de uma outra característica do pensamento hegemônico no mundo ocidental de se recolher na abstração matemática sobrevalorizando a quantidade¹³

¹² - Já podemos perceber aqui a importância do poder de dizer o que é e o que não é a realidade e, por aí, a importância não só dos intelectuais que ao dizerem condicionam o ver mas, nos dias que correm, a importância dos meios de dizer e de condicionar o ver, ou seja, a importância dos *mass media*. Ver a esse respeito o excelente livro “A Invenção do Nordeste” de Durval Muniz Albuquerque Jr. (Albuquerque, 1996)

em detrimento da qualidade. No espaço da geometria a quantidade assinala a variação do mesmo, enquanto o espaço geográfico contém a materialidade como um atributo onde coexistem os diferentes, diversos entes. Aqui a geografia revela todo o seu desconforto diante do paradigma hegemônico dualista e dicotomizante na medida que

a relação espacial, inapreensível pelas estruturas clássicas de ação e de representação, é inteligível como um princípio de coexistência da diversidade' (Muniz Sodré, 1988: 18), e constitui uma garantia do exercício de possibilidades múltiplas de comunicação ” (Santos, 1996: 255) o que levava o mesmo Muniz Sodré (op. Cit., p. 15) a reconhecer que há uma dimensão territorial ou uma lógica geográfica da cultura.

Essa co-existência do diverso, essa contigüidade característica do espaço nosso de cada dia, que inspirou Milton Santos a ousar chamá-lo *espaço banal*, nos mostra que o espaço geográfico requer uma abordagem complexa que supere o pensamento reducionista atomístico-individualista. Vejamos:

‘os economistas também se preocupam com essa questão da proximidade, a distância sendo considerada como um fator relevante na estruturação do comércio internacional (Y. Berthelot, 1994, pp. 15-16) . Mas a proximidade que interessa ao geógrafo não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas relações. É assim que a proximidade, diz J.-L. Guigou (1995, p. 56) ‘pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo identidade’.

O papel da vizinhança na produção da consciência é mostrado por J. Duvignaud (1977, p. 20), quando identifica na ‘densidade social’ produzida pela fermentação dos homens em um mesmo espaço fechado, uma ‘acumulação que provoca uma mudança surpreendente’ movida pela

¹³ - É R. D. Laing quem nos diz que “essa situação provém de algo que ocorreu na consciência européia na época de Galileu e Giordano Bruno. Esses dois homens são epítomos de dois paradigmas – Bruno, torturado e queimado na fogueira por afirmar que havia um número infinito de mundos; e Galileu, dizendo que o método científico consistia em estudar este mundo como se nele não houvesse consciência ou criaturas vivas. Galileu chegou a afirmar que somente os fenômenos quantificáveis eram admitidos no domínio da ciência. Ele disse: ‘Aquilo que não pode ser medido e quantificado não é científico’; e na ciência pós-galilaica isso passou a significar: ‘o que não pode ser quantificado não é real’. Esse foi o mais profundo corrompimento da concepção grega da natureza como *physis*, que é algo vivo, sempre em transformação e não divorciado de nós. O programa de Galileu nos oferece um mundo morto, desvinculado da visão, da audição, do paladar, do tato e do olfato – e junto com isso se relegou a sensibilidade ética e a estética, os valores, a qualidade, a alma, a consciência, o espírito. A experiência foi lançada para fora do âmbito do discurso científico. É certo que nada modificou tanto o nosso mundo nos últimos quatrocentos anos quanto o audacioso programa de Galileu” (R.D. Laing citado por Capra, 1988 : 108-9).

afetividade e pela paixão, e levando a uma percepção global, 'holista', do mundo e dos homens (Santos, 1996 : 255) ¹⁴.

Por mais que o capital financeiro, dito volátil, queira impor sua lógica matemática abstrata ao mundo há uma materialidade que concerne à produção da vida que é irredutível à lógica financeira. O Oriente Médio e, se vê agora, a Ásia Central são disso a maior expressão na medida que ali dormem as principais reservas mundiais de petróleo. Numa outra linguagem, talvez mais esclarecedora, há ali concentração de energia e, portanto, concentração de capacidade de trabalho¹⁵ como nos ensinam os físicos. Se acreditarmos, como o faziam os fisiocratas Quesnay e Turgot e, também, Marx na Crítica ao Programa de Gotha, que não só o trabalho mas, também, a natureza produz riqueza, entenderemos muito da tensão permanente existente naquelas plagas. O conhecimento científico e a tecnologia para explorar o petróleo, como conhecimento científico e tecnológico enquanto tais, não produzem petróleo mesmo. Na verdade o extrai na medida que se tenha o controle jurídico e político das jazidas e, ainda, se controle e mobilize o trabalho necessário para isso e, por aí, é diante de toda uma territorialidade (no atual contexto, capitalista) que nos encontramos. Deste modo, a geografia, ela mesma sociedade e natureza, teima em co-agir, com sua materialidade própria .

O conhecimento acerca da molécula de carbono não produz o carbono mesmo que, nas proporções existentes nas regiões indicadas, foi produzido num tempo geológico que mineralizou matéria viva fotossintetizada há milhões de anos atrás. Aqueles que detêm o conhecimento e o poder econômico de exploração daquela riqueza por mais poder que detenham, e detêm, bem o sabemos, não têm o poder de produzir o petróleo enquanto tal, nem sua localização, e é essa tentativa de suprimir a geografia pela história que é toda a história real e concreta na sua materialidade, na sua geograficidade. Toda essa materialidade, todavia, tem tido efeitos dramáticos, como os que hoje abalam o mundo,

¹⁴ - E, completa “enquanto outros especialistas podem acolher, na listagem de ações e na população de objetos, aqueles que interessam aos seus estudos setoriais, o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações” (Santos, 1996 : 257-8). Ou, ainda, quando nos ensina que “a significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social” (Santos, 1996 : 63).

¹⁵ - A mesma quantidade de trabalho humano não produz a mesma riqueza se opera com petróleo ou com outra forma de energia. Deste modo se apropriar de reservas de petróleo é se apropriar de mais valia potencial na medida mesmo em que energia - capacidade de trabalho - é potência de mais valia.

pela centralidade que os combustíveis fósseis têm no interior do atual complexo industrial e de poder.

Embora queiramos nesta parte desse artigo salientar o significado dos conceitos de território e da geograficidade do socio-histórico, talvez valha a pena sublinhar que o espaço geográfico do período atual é, sobretudo, um meio técnico-científico-informacional (Milton Santos). Os objetos por serem, principalmente, objetos técnicos têm dentro de si uma intencionalidade – uma hipertelia, uma máxima intencionalidade, como nos sugere G. Simondon (1989). Um objeto técnico concreto (G. Simondon) pretende ser

a mais perfeita convergência entre a tecnologia e a função desejada, perfeição impossível de ser alcançada na natureza”(Santos, op. Cit., p. 233). O que se procura com os objetos técnicos que cada vez mais povoam nosso cotidiano “é um aumento da eficácia da ação que depende do grau de certeza com que é exercida – just in time, just in space – e a informação contida nos objetos técnicos procura diminuir a incerteza (Santos, 1996 : 237-8).

A técnica tornada “uma espécie de princípio para toda atividade, toda coisa” é, em si mesma, “um princípio de racionalidade”, diz Marc Humbert (1991, p. 54). Investida nos objetos, aparece como uma “lógica inscrita, graças ao engenheiro, na natureza das coisas”(B. Latour, 1989, p. 21; A . Gras, 1993, p. 218). Há, desse modo, no objeto técnico, a prévia determinação de uma racionalidade, “uma forma predeterminada de ação sobre a natureza” graças à “conexão imediata da tecnologia com as atividades práticas da vida (Santos, 1996 : 238).

É Langdon Winner (Winner, 1985) quem nos sugere uma aproximação entre a tecnologia e o espaço, entre espaço e poder, quando nos diz que

as inovações tecnológicas lembram os atos legislativos ou políticos que estabelecem um quadro para a ordem pública capaz de resistir às gerações. Por isso a mesma atenção que se dá às regras, papéis e relações públicas deve ser dada também às coisas como construção de estradas, criação de redes televisivas e o recorte de traços aparentemente insignificantes em novas máquinas (Winner, 1985: 30-31).

Devemos, aqui, retomar aquela sugestão de Milton Santos quando nos alertara que o espaço geográfico é *locus* de co-existência do diverso, lugar dessa contigüidade característica que é o espaço nosso de cada dia. Isto porque

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (Santos, 1996 : 257-8).

E, mais adiante, nos lembra que

a noção de co-presença, de que a sociologia vem servindo-se desde os seus fundadores, noção realçada por Goffman (1961) e retomada por Giddens (1987), ganha uma nova dimensão quando associada à noção e à realidade geográfica da vizinhança, essa “condição de vizinhança” referida por Sartre em *Questions de Méthode*. O território compartilhado impõe a interdependência como práxis, e essa ‘base de operações’ da ‘comunidade’ no dizer de Parsons (1952, p. 91) constitui uma mediação inevitável para o exercício dos papéis específicos de cada qual, conforme realça B. Werlen (1993, p. 190) .

Assim, o espaço geográfico é “uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (Santos, 1996 : 257). Deste modo, considerar a geograficidade é fazer com que a história se reconcilie com a vida na materialidade da relação sociedade-natureza na medida que o espaço inclui essa ‘conexão materialística de um homem com o outro’ (Marx & Engels, 1947: 18-19).

E , mais importante ainda, é ver como todo esse processo é percebido por aqueles que, cada vez mais, sofrem os efeitos de decisões tomadas à distância (televisão, teledetecção, tele-ação), cujas ações, quase sempre, tomadas em função da dimensão econômica, que vivem nesses espaços onde as múltiplas dimensões inscritas na vida estão ali enquanto coexistência do diverso. A percepção remota, o sensoreamento remoto, ignora a percepção imediata do espaço vivido. À unidimensionalidade dos que tomam as decisões se contrapõe a multidimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, *locus* de conformação da subjetividade.

Destaco aqui, pela extrema lucidez dessa compreensão, o que diz Victor de Gennaro, Secretário geral da Central de Trabajadores da Argentina. Em entrevista à socióloga Ana Esther Ceceña (Ceceña, 2001) faz um balanço onde destaca a enorme violência que antecedeu a implantação do projeto neoliberal na Argentina onde houve

30.000 compañeros desaparecidos, la mayoría trabajadores ou dirigentes sindicales, más de 100.000 presos y detenidos, más de 500.000 exilados, pero además más de medio millón de delegados activistas despedidos de las fábricas” (...) se deu conta que “la contrarrevolución no era solamente la represión, era la deestructuración social, y vimos que de la clase trabajadora 72% era precario. (...) Eran los momentos de mayor auge del pensamiento único, cuando se pregonaba el fin del trabajo – y realmente estaba en cuestionamento hasta eso, si íbamos a seguir existiendo como trabajadores. Nosotros apostamos a que no, a que no nos iban a hacer desaparecer, a que la riqueza la sigue generando el trabajo y a idear formas nuevas de organización pero desde la misma esencia, desde la recuperación de la identidad.

Reconstituir esto nos abrió una nueva mentalidad y descubrimos que el nuevo lugar donde los trabajadores nos nucleamos, donde estamos todos los días, es el barrio. Esto se sintetizó en la frase “la nueva fábrica es el barrio”. La fábrica o lugar de trabajo donde uno se formaba, donde aprendía la historia, donde se construía y recuperaba la identidad y la memoria como trabajador hoy no existe más.. Evidentemente hay que ir a organizarnos en el barrio y para esto se creó la afiliación directa para todo trabajador que viva de su trabajo. Se trata de un compañero de clase que tiene que volver a reconstituirse. Fue un tiempo muy difícil e aunque la resistencia al modelo de privatizaciones y de exclusión iba teniendo algunas victorias defensivas, lo más importante es que empezamos a ver que nos devolvía a nuestros compañeros: ex metalúrgicos, ex textiles, ex, ex, ex trabajadores, empezaban a acercarse y organizarse en calidad de trabajadores precarios.

Tuvimos experiencias maravillosas como la Federación de Tierra, Vivienda y Habitat que nos acercaba pobladores, trabajadores rurales, sectores que tienen que ver con la tierra, o los aborígenes, o las trabajadoras sexuales, organizaciones que jamás hubieran estado como trabajadores en una central (Ceceña, 2001 : 63).

Observemos, ainda, como um novo espaço se coloca no horizonte dos protagonistas a partir das contradições do próprio processo de reorganização societário. A seguir, Victor de Gennaro nos brinda com uma clara apreensão de que a divisão setorial, assim como as distinções entre trabalhadores, já não podem ser tratadas com os mesmos paradigmas no período atual que ele, também, distingue.

La lucha sectorial es una lucha defensiva, más fácil, que rápidamente logra unificarse en torno a un programa de reivindicaciones. Pero en estas nuevas condiciones es distinto. Por ejemplo, en un hospital, donde todos son trabajadores de la salud, la propensión, si los alienta, es la de marcar las diferencias: los médicos son una cosa, las enfermeras son otra, los radiólogos otra y los trabajadores de mantenimiento también. Pero en realidad esta etapa del capitalismo, de globalización, de concentración, demuestra que no hay una política de salud. Es indispensable unificar a todos los trabajadores tras una gran bandera que es discutir la salud como política. Y discutir todo el sector salud, todo el proyecto de enfermedad que nos venden, no la privatización, sino un proyecto de salud, implicaba dos (2) cosas: unificar a los sectores que iban a recibir salud. Si la comunidad no disputa un tipo de salud diferente y acepta esto que le venden, muy difícilmente podemos alcanzar reivindicaciones más naturales. En síntesis, no habrá carrera sanitaria para las enfermeras si no hay posibilidad de que un pueblo pelee por tener salud y ejerza su derecho a la salud (Ceceña, 2001 : 64).

Ana Esther Ceceña, que entrevista a Victor de Gennaro, ajuda-nos a compreender a significação do território quando nos diz que

En octubre del año 2000 La Matanza, un barrio obrero (ahora en gran medida de desempleados) del Gran Buenos Aires organizó el bloqueo de la carretera más importante del país en términos económicos. Se trató de una lucha ‘pueblada’ como dicen los argentinos, porque involucró a todos los integrantes del barrio, con distintas estrategias de sobrevivencia y distintas modalidades y experiencias de lucha. El episodio de La Matanza constituyó un aprendizaje en las potencialidades del sentido territorial de las nuevas formas de organización de la población, al tiempo que evidencia el carácter antipopular del gobierno, a pocos meses de haber asumido. El gobierno tuvo que firmar un convenio con los insurrectos de La Matanza, aceptando todas sus exigencias (Ceceña, 2001: 65).

Quase um ano depois, em 24 de julho de 2001, os desempregados, cada vez mais conhecidos como piqueteiros, realizavam no Santuário do Sagrado Coração de Jesus, na mesma La Matanza, um congresso nacional com mais de 2000 delegados. Um ex-metalúrgico, Claudio Landone, deixa claro de onde esse movimento retira sua força quando declara

Eu não posso fazer greve, porque fui demitido de uma fábrica que faliu. Faço piquetes (Correio Brasiliense 22/07/01).

Sabemos o quanto os efeitos sentidos por esses protagonistas que moram em lugares concretos se inscrevem em determinações que escapam a essa territorialidade seja municipal, regional e mesmo nacional. E é para entender a conformação dessas territorialidades em tensão que voltaremos a nossa atenção a seguir.

Da Geografia às Geo-grafias

Por tudo que vimos até aqui podemos dizer que nenhuma sociedade escapa da dimensão territorial. Toda a questão parece residir, portanto, na conformação das territorialidades, enfim, dos processos e dos seus protagonistas (sujeitos instituintes). As fronteiras, enquanto limites, trazem nelas mesmas o *front*, seja ele diplomático ou militar, que as instituem. Já vimos que a definição dos limites é a própria natureza da política, tanto no *front* interno como no *front* externo. E a fronteira é, quase sempre, a consagração de um determinada correlação de forças políticas e, como tal, tende a esconder o *front* (a luta) que a engendrou, naturalizando-a¹⁶.

Não olvidemos do *front* interno onde as lutas pela definição dos limites se fazem mais sutis até porque constitui uma identidade comum que, quase sempre, suprime o caráter contraditório que a constitui. A forma geográfica das sociedades modernas – o Estado Territorial

unificou pesos e medidas, impôs uma língua oficial e, assim, (...) suprimiu as diferenças, negou a alteridade. Ora, o mais específico de cada cultura é o modo como ela *mede e pesa* cada coisa, o modo como ela estabelece suas *razões e proporções* que, assim, antes de ser razão matemática (Medir, Pesar, Razões e Proporções) são de ordem política e cultural. Os Bascos estão aí para nos lembrar que essa razão que nega outras razões porque se quer universal, antes de se fazer contra os não-europeus na América ou na África, se impôs lá mesmo na Europa com a própria formação dos Estados Territoriais Modernos¹⁷. Não nos esqueçamos que a unificação do sistema de pesos e medidas, incluindo a moeda única, em cada Estado Territorial significou a imposição de uma lógica matemática necessária à cobrança de impostos que, assim, realizava a

¹⁶ - Com frequência diz-se que o Rio Grande separa os Estados Unidos do México, que o Rio Paraguai separa o Brasil da Bolívia, que os Pirineus separam a Espanha da França e, assim, naturaliza-se aquilo que é da política.

¹⁷ - Essa mesma lógica explode hoje as próprias territorialidades que antes forjou através dos Estados.

unificação do mercado e, portanto, a *lógica dos mercadores* que, por ser abstrata, matemática, se quer universal (Gonçalves, 2000, Caracas).

Além disso, a imposição do Direito Romano, que se generaliza pela Europa a partir do Renascimento, se fez contra o chamado direito consuetudinário que, exatamente por ser direito dos costumes, era o direito dos comuns, das gentes não-letradas, um direito local, não-universal.

Desse processo emergirá o Estado Territorial Moderno com seu princípio de soberania absoluta, consagrado pela Paz de Westfália (1648) e que culminou com a criação da ONU – uma ordem inter-estatal e internacional - que ora se encontra em crise. Sustentamos que um dos maiores desafios com que hoje nos defrontamos é o de visualizarmos uma nova configuração territorial de poder. E aqui, com certeza, temos de nos valer das preocupações braudelianas com a *longa duração* embora nos encontremos num momento de bifurcações (Prigogine e Stengers) ou de ‘caos sistêmico’ (Arrighi, 1994 : 30).

Assim como o Renascimento inspirou-se na antigüidade greco-romana para instituir uma nova territorialidade, a compreensão de como foi instituída a atual ‘ordem sistêmica’ que se encontra em crise talvez nos ajude a indicar possíveis caminhos em condições bastante diversas, é claro. O livro *Linhagens do Estado Absolutista*, de Perry Anderson, é um bom ponto de partida. Nele pode-se ler que

A Europa medieval nunca fora composta por um conjunto claramente demarcado de unidades políticas homogêneas – um sistema estatal internacional. O seu mapa político era uma rede inextricável de sobreposições e emaranhados em que diferentes instâncias jurídicas se entrelaçavam e estratificavam e onde abundavam vassalagens plurais, suseranias assimétricas e enclaves anômalos ¹⁸. Neste labirinto intrincado não existia a possibilidade do aparecimento de um sistema diplomático formal, uma vez que não havia uniformidade ou paridade dos parceiros (Anderson, P, 1984 : 39-40).

Giovanni Arrighi, por seu lado, sustenta que

¹⁸ - Engels gostava de citar o exemplo da Borgonha: ‘Carlos, o Temerário, por exemplo, era feudatário de Imperador por uma parte de suas terras, e feudatário do rei francês por outra; por outro lado, o rei de França, seu suserano, era ao mesmo tempo feudatário de Carlos o Temerário, seu próprio vassalo quanto a certas regiões’.

o sistema medieval de governo consistia em cadeias de relações senhor-vassalo, baseadas num amálgama de propriedade condicional e autoridade privada (...) Além disso, as elites governantes eram extremamente móveis *através* do espaço dessas jurisdições políticas superpostas, podendo ‘viajar e assumir o governo de uma ponta a outra do continente, sem hesitação ou dificuldade’. Por último, esse sistema de governo era ‘legitimado por corpos comuns de leis, religiões e costumes, que expressavam inclusive os direitos naturais pertinentes ao todo social formado pelas unidades constitutivas” (Ruggie, 1983, p.275). (...)

“Em contraste com o sistema medieval ‘o moderno sistema de governo consiste na institucionalização da autoridade pública *em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes*’ (Ruggie, 1983, p. 275). Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público *tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras*; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas se torna mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se ‘nacionais’, ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano. Como disse Etienne Balibar (1990, p. 337) ‘uma divisão completa (sem ‘omissões’) e não passível de sobreposição do território e das populações (e, portanto, dos recursos) do mundo entre as entidades políticas é pré-requisito para a correspondência entre a forma nacional e todos os outros fenômenos para os quais ela tende. (...) Para cada indivíduo, uma nação, e para cada nação, seus ‘nacionais’ (Arrighi, G., 1994 : 31-2. Os grifos são meus).

Estamos, pois, diante de um processo de mudança de uma ordem fundada numa territorialidade segmentar com base na propriedade *condicional* – a medieval – para uma nova territorialidade estatal, centralizada tendo como base a *superfície solo cedit* – propriedade privada, singular e *incondicional* da terra.

Politicamente, a revitalização do direito romano correspondia às exigências constitucionais dos Estados feudais reorganizados da época. Não restam dúvidas de que, à escala europeia, a determinante *primordial* da adoção da jurisprudência romana assenta na tendência dos governos reais para uma crescente centralização do poder.

(...) Os Estados absolutistas ocidentais baseavam seus novos objetivos em precedentes clássicos: o direito romano era a mais poderosa arma intelectual ao dispor do seu programa típico de integração territorial e centralismo administrativo

(...) O aumento da racionalidade formal, ainda extremamente imperfeita e incompleta, dos sistemas jurídicos nos primórdios da Europa moderna foi preponderantemente obra do

absolutismo aristocrático. O efeito superior da modernização jurídica foi, portanto, reforçar o domínio da classe feudal tradicional

Poshnev designou corretamente os novos impostos criados pelos Estados absolutistas por ‘renda feudal centralizada’, por oposição às prestações senhoriais, que constituem uma ‘renda feudal local’ (Anderson, 1984 : 28-36).

Diferentes autores chamam¹⁹ a atenção para o fato de que a nova conformação territorial que se desenhava por meio do Estado absolutista era

um aparelho de dominação feudal alargado e reforçado, destinado a fixar as massas camponesas na sua posição social tradicional, a despeito e contra a comutação alargada das suas obrigações (...). [o Estado absolutista] era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada (Anderson. 1984 : 16. Os grifos são meus).

Na verdade “A instituição da servidão como mecanismo de extração de excedentes aliava a exploração econômica e a coerção político legal ao nível molecular da aldeia (...) Com a comutação generalizada das prestações em rendas monetárias, a unidade celular de opressão política e econômica dos camponeses foi gravemente enfraquecida e ameaçada de dissociação (...) O poder de classe dos senhores feudais, portanto, perigava com o desaparecimento gradual da servidão. Resultou daí um deslocamento da coerção político-legal, de sentido ascendente, para uma cúpula centralizada, militarizada: o Estado absolutista. Difusa ao nível da aldeia, ela tornou-se concentrada a um nível ‘nacional’. O resultado foi um aparelho reforçado de poder real, cuja função política permanente era a repressão das massas camponesas e plebéias na base da hierarquia social”.

Com o crescimento das relações mercantis, a dissolução do nexo primário de exploração econômica e coerção político-legal conduziu não apenas a uma crescente projeção desta sobre a cúpula régia do sistema social, mas também a um fortalecimento compensatório dos títulos de propriedade que garantiam aquela. Por outras palavras. Com a reorganização de todo o sistema político feudal, e com a diluição do sistema de feudo original, a propriedade da terra tendia a tornar-se progressivamente menos ‘condicional’ à medida que a soberania se tornava correspondentemente mais ‘absoluta’. O enfraquecimento da concepção medieval de vassalagem funcionava em ambos os sentidos: se conferia novos e extraordinários poderes à monarquia, emancipava ao mesmo tempo os domínios da nobreza das restrições tradicionais.

¹⁹ - Arrighi, G. “As hegemônias mundiais só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. *O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos*” (p. 29. Os grifos são meus). Ver também Império de Negri, T. & Hardt, M. (ed. Record, São Paulo, 2001).

(...) O efeito final desta redistribuição genérica do poder social da nobreza foi a máquina política e a ordem jurídica do absolutismo, cuja coordenação iria aumentar a eficácia do domínio aristocrático, ao fixar os camponeses não-servos em novas formas de dependência e exploração. As monarquias da Renascença foram antes e acima de tudo instrumentos modernizados para a manutenção da nobreza sobre as massas rurais” (Anderson, 1984 : 18-19. Os grifos são meus).

Assim, há um processo por meio do qual as lutas camponesas ameaçam a ordem senhorial e sua territorialidade fragmentária e que está subjacente à ordem centralizada no Estado nascente sob a hegemonia de uma *nobreza atemorizada*. Há, não se pode olvidar, também uma razão econômica que nos ajuda a entender a recuperação e introdução do direito civil clássico que propiciou o crescimento do capital livre na cidade e no campo

pois a grande marca característica do direito civil romano fora a sua concepção da propriedade privada absoluta e incondicional (Anderson, 1984 : 24). “A superioridade do direito romano para a prática mercantil nas cidades residia pois não somente nas suas noções claras de propriedade absoluta, mas também nas suas tradições de equidade, nos seus critérios racionais de prova e no relevo dado a uma magistratura profissional, vantagens que os tribunais consuetudinários normalmente não ofereciam (Anderson, 1984: 26).

Como se vê, o poder se tornava cada vez mais absoluto por cima e por baixo. A máxima de Ulpiano, lembrada por Perry Anderson, *quod principi placuit legis habet vicem* - o que apraz ao príncipe tem força de lei - tornar-se-ia um ideal constitucional das Monarquias da Renascença em todo o Ocidente. E, ainda,

a idéia complementar de que os reis e os príncipes eram por si *legibus solutus*, isentos de restrições legais anteriores, proporcionou os protocolos jurídicos para o esmagamento dos privilégios medievais, permitindo-lhes ignorar os direitos tradicionais e subordinar as imunidades privadas.

Por outras palavras, ao incremento da propriedade privada na base correspondia o aumento da autoridade pública no topo, corporizada no poder discricionário do monarca (Anderson, 1984: 27-28)

que, por seu lado, recrutará para seus funcionários executivos os burocratas semi-profissionais especializados no direito romano²⁰.

As monarquias absolutistas do Ocidente confiaram geralmente num estrato qualificado de juristas para operarem as suas máquinas administrativas (...) Imbuídos das doutrinas romanas da autoridade decretal do príncipe e das concepções romanas de normas jurídicas unitárias, estes juristas-burocratas foram zelosos instrumentos do centralismo régio no primeiro século crítico de construção do Estado absolutista. Foi a chancela desse corpo internacional de legistas, mais do que qualquer outra força, que romanizou o sistemas jurídicos da Europa Ocidental na Renascença. Efetivamente, a transformação do direito refletia inevitavelmente a distribuição de poder entre as classes proprietárias da época: o absolutismo, como aparelho do Estado reorganizado de dominação da nobreza, foi o principal arquiteto da receptividade do direito romano na Europa (Anderson, 1984 : 28-29).

Essa geografia política que se constitui no duplo *front* interno e externo dos Estados territoriais modernos com base no controle dos camponeses, na propriedade privada absoluta e incondicional e na soberania absoluta do monarca, se faz presente na ordem que ora está em crise. Sua consagração, em 1648, se deu antes do 4 de julho de 1776 (EUA) que abriu uma nova página na ordem mundial – a da libertação nacional – que só seria completada no século XX, após 1945, na Ásia, África e em parte da América Latina e antes, também, do 14 de julho de 1789 quando os ‘de baixo’, naquela ‘*grand jacquerie*’, irrompem como protagonistas que nenhum discurso político posterior jamais poderá ignorar, mesmo que para negá-los.

Nesse sentido a personalidade do haitinano Toussaint L’Ouverture deve ser recuperada pela radicalidade democrática que enseja contra as tradições racistas que ainda hoje comandam a ordem vigente²¹. Alimentando-se da retórica da revolução Francesa que

²⁰ - “agora que esta direito foi transposto para situações de fato inteiramente estranhas, desconhecidas na Antigüidade, a tarefa de ‘construir’ a situação de um modo logicamente impecável torna-se quase na tarefa única. Deste modo, essa concepção que ainda hoje predomina, e que vê no direito um complexo de ‘normas’ logicamente coerente e sem lacunas à espera de ser ‘aplicado’, tornou-se a concepção decisiva do pensamento jurídico’ (Weber, *Economy and Society*, II, p. 855. Citado por Anderson, 1984 : 24)

²¹ - Que a julgar pelos seus mandatários atuais, como Bush & Blair e, ainda, Berlusconi, nos dá bem a idéia da necessidade de uma nova ordem que se coloque num outro nível.

proclamara o direito universal do homem a '*liberté, égalité, fraternité*' L'Ouverture entendeu²²

que os negros, os mulatos e os brancos da colônia também estavam incluídos no amplo guarda-chuva dos direitos do cidadão. Ele entendeu que a vitória sobre a aristocracia feudal e a exaltação dos valores universais na Europa implicava também a vitória sobre a "aristocracia racial" e a abolição da escravatura" (Negri & Hardt, 2001 : 188).

E, mais, quando percebe que os líderes da Revolução Francesa vacilam quanto aos princípios libertários os adverte dizendo

que qualquer volta à escravidão, qualquer concessão de princípios, seria impossível: "Pensam vocês que os homens que experimentaram a bênção da liberdade aceitarão, calmamente, vê-la arrebatada ? Não, a mão que rompeu nossos grilhões não nos escravizará de novo. A França não revogará seus princípios, não nos tirará o maior dos seus benefícios" afirma num relato ao Diretório em "14 Brumário an VI" (5 de novembro de 1797) (Negri & Hardt, 2001 : 134).

Aqui o colonizado Toussaint L'Ouverture devolve ao colonizador suas próprias contradições e afirma o valor universal de liberdade levando, como diz Aimé Césaire, o projeto adiante no terreno "que separa o apenas pensamento da realidade concreta; o direito de sua efetivação; a razão de sua verdade".

Um outro exemplo do mesmo podemos observar com o que ocorre nos Estados Unidos da América:

Enquanto os nativos ficaram fora da Constituição, os afro-americanos foram, desde o início, nela incluídos. (...) Os americanos nativos puderam ser excluídos porque a nova república não dependia do seu trabalho, mas a mão de obra negra era um esteio essencial dos novos Estados Unidos: os afro-americanos tiveram de ser incluídos na Constituição, mas não podiam ser incluídos em pé de igualdade. Os constitucionalistas do Sul tiveram dificuldade em demonstrar que a Lei Magna, em seu momento dialético, auto-reflexivo e 'federalista', permitiu, e até exigiu, essa perversa interpretação da divisão social do trabalho que era completamente contrária à afirmação de igualdade expressa da Declaração de Independência.

²² - Sabe-se que o haitianismo rondou como um espectro incômodo em finais do século XVIII e início do século XIX, assim como a Comuna de Paris em 1871 e a Revolução Russa em 1917 em finais do século XIX e no século XX..

A natureza dialética dessa contradição é indicada pelo bizarro acordo no rascunho da Constituição, conseguido apenas mediante tortuosas negociações, pelo qual a população escrava influi na determinação do número de participantes de cada estado na Câmara dos deputados, mas numa proporção em que o escravo corresponde a três quintos de uma pessoa livre. (Os estados sulistas lutaram para que essa proporção fosse maior possível, a fim de aumentar o seu poder no Congresso, e os nortistas lutaram para reduzi-la). Os constitucionalistas foram forçados a quantificar o valor constitucional das diferentes raças. Os fundadores declararam, com efeito, que o número de representantes ‘deve ser determinado somando-se ao Número total de Pessoas livres, incluindo aquelas obrigadas ao Serviço por um Termo em Anos, e excluindo Índios não tributados, três quintos de todas as pessoas. Um para os brancos e zero para os índios é um problema relativamente simples, mas três quintos é um número muito embaraçoso para uma Constituição. Escravos afro-americanos não puderam ser completamente incluídos nem completamente excluídos. A escravidão negra foi, paradoxalmente, uma exceção à Constituição e um dos seus fundamentos” (Negri & Hardt, 2001 : 189-190).

Somente as grandes mobilizações civis dos anos 1960 seriam capazes de proporcionar aos negros estadunidenses, tão tardiamente em 1964, o direito de votar.

Esses são dois bons e belos exemplos da clivagem civilizatória em que nos encontramos e dos desafios para a invenção de novas territorialidades.

Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades

Podemos dizer que com a 2^a Guerra Mundial a ordem geográfica e jurídico-política de Westfália é ratificada com a criação da ONU – Organização das Nações Unidas- e, com ela, instaura-se, paradoxalmente, o que Giovanni Arrighi chamara de “caos sistêmico”.

Trata-se de uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (Arrighi, 1994 : 30).

Aqui é preciso saber tomar partido do privilégio do tempo que torna possível explicitar tendências históricas²³. De fato, a ONU, com todas as contradições que marcam a sua existência, indica a passagem de um sistema internacional para um sistema global, imperial, na medida que

aponta (...) igualmente para uma nova fonte positiva de produção jurídica, eficaz em escala global – um novo centro de produção normativa que pode desempenhar um papel jurídico soberano (Negri & Hardt, 2001 : 22. Os grifos são meus).

Assim, esse “caos sistêmico” abriga regimes de produção de poder com configurações territoriais contraditórias como o Estado Nacional, o Imperialismo, uma ordem global supranacional – o Império e, ainda, múltiplos protagonistas (camponesa(e)s, indígenas, negro(a)s, mulheres, ambientalistas, trabalhadore(a)s assalariado(a)s que r-existem com/contra essas diferentes ordens portadores de territorialidades potenciais.

Afinal, como falar do fim ou da diminuição do poder dos Estados Territoriais Nacionais quando, exatamente após o fim da 2^a Guerra Mundial, se multiplica o número de Estados Territoriais Nacionais ? No entanto, é preciso observarmos que o surgimento de mais de uma centena de novos Estados Territoriais Nacionais após a 2^a Guerra se deu, sobretudo, na África e na Ásia. Enquanto isso assistíamos, na Europa, a uma crise profunda da ideologia nacionalista que havia sido levada ao paroxismo com o imperialismo. Não esqueçamos que nos referíamos ao imperialismo sempre com uma qualificação geográfica nacional (imperialismo alemão, imperialismo belga, imperialismo ianque, imperialismo francês, imperialismo italiano, imperialismo japonês , entre outros).

Um primeiro indício desse “caos sistêmico” que se instaura com a criação da ONU vamos encontrar na regulamentação, por essa mesma organização, das chamadas organizações não-governamentais. Afinal, a forma de governo que levava à criação da ONU fôra exatamente o Estado Territorial Nacional e vemos essa mesma organização consagrar formalmente entidades que se põem como não-governo, sub e/ou sobrepondo-se a qualquer Estado Territorial Nacional.

²³ - Não há como deixar de explicitar a inspiração do tempo de longa duração de F. Braudel.

De início essas organizações não-governamentais atuavam sob o argumento da razão humanitária e em situações no limite da convivência entre os Estados Territoriais Nacionais, isto é, em situações de guerra ou, ainda, em situação de calamidades, como Médicos Sem Fronteira e Cruz Vermelha Internacional. Mais tarde, já nos anos sessenta, na América Latina várias organizações não-governamentais vão estar implicadas nas lutas políticas e ideológicas do período da guerra fria, como no caso da Aliança Para o Progresso, quando a distribuição de leite e alimentos por meio de organizações não-governamentais obedecia à preocupação estadunidense de espantar o fantasma da Revolução Cubana, alegando razões humanitárias num momento de fortes ideologias nacionalistas que se opunham ao “imperialismo yanque”²⁴.

Ainda em plena 2^a Guerra Mundial começa a se desenhar uma ordem financeira que se coloca por cima dos Estados Territoriais Nacionais e que convive, contraditoriamente, com o imperialismo dando ensejo a uma das tensões territoriais constitutivas dos dias que correm. Vejamos:

De todos os lados do conflito, a ação das classes dominantes ultrapassou os limites nacionais. (...) os Aliados imprimiram um caráter supranacional ao que inicialmente havia sido um mero acordo militar, a Declaração das Nações Unidas, assinada em janeiro de 1942 por 26 países, explicitava tais objetivos. A partir de 1944 foram tomadas medidas para converter as Nações Unidas numa organização de caráter permanente. Noutro plano, a Conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944, estabeleceu o sistema monetário e financeiro que viria reger o mundo após o conflito, projetando o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional. Qualquer que tivesse sido o vencedor, a paz assentaria em instituições supranacionais. Mais ainda significativos do que a internacionalização no interior de cada um dos blocos beligerantes foram os interesse comuns que os uniram a todos e os contatos que eles tiveram lugar.

(...) Com base nestes interesses sociais comuns aos capitalistas de ambos os lados teceram-se, apesar do conflito, e para além das clivagens militares, políticas e ideológicas, contatos institucionais permanentes, no âmbito do Banco de Pagamentos Internacionais. Este banco fora estabelecido em Basileia, na Suíça, em 1930, para permitir a cooperação técnica entre bancos centrais dos vários países, e o seu Conselho de Administração ainda hoje é composto em parte por governadores de bancos centrais (Bernardo, J., 2000 : 52-53).

²⁴ - No caso do Brasil a presença na região Nordeste dessas organizações não-governamentais, nos inícios dos anos sessenta levou, inclusive, à criação de vários sindicatos oficiais de trabalhadores rurais em clara oposição ao forte movimento das Ligas Camponesas, forma de organização autônoma dos trabalhadores.

Tal como aquele corpo de juristas que a partir do Renascimento recuperara o direito romano para ensejar a nova ordem geográfica e jurídico-política com base na propriedade privada incondicional e absoluta e na soberania mutuamente excludente e absoluta que nos deu o Estado Territorial Moderno, vemos emergir um novo protagonista que são os gestores financeiros que se colocam enquanto gestores de uma territorialidade imperial e não imperialista.

Em que pese o enorme significado político desses novos protagonistas das finanças mundiais – FMI, BIRD, Banco de Pagamentos Internacionais – sua lógica capitalista puramente fundada no dinheiro (D – D') não pode prescindir da mediação das mercadorias (D – M – D') e, conseqüentemente, das implicações materiais-simbólicas e, portanto, territoriais. Aqui é toda a contradição entre o dinheiro e a riqueza que está a se manifestar, enfim, a contradição entre a expressão simbólica da riqueza – o dinheiro – e a riqueza mesma. Midas redivivo.

A tensão de territorialidades desencadeada pela hegemonia política cada vez maior dos gestores financeiros se faz sentir com toda a força quando se tem que reduzir as moedas a uma única moeda, sobretudo quando essa moeda é uma moeda nacional, o dólar estadunidense, como tem sido o caso.

Assim, a tendência para o império, característica dos gestores das finanças mundiais, se vê apoiando o velho imperialismo e, com isso, reavivando a lógica territorialista nacionalista que, por sua lógica própria, teria que superar. Não sem sentido essa tensão de lógicas territoriais distintas se faz presente com todo o seu peso na questão energética. Afinal, se o dinheiro se constitui, por um lado, na energia simbólica necessária à lógica capitalista, o combustível fóssil é, por outro lado, a energia material que permite aumentar o potencial de produção de mais valia de todo o complexo industrial que produz as mercadorias. Um se quer infinito, como os deuses. Já o outro é, com certeza, finito.

Há um outro campo, ainda, – o campo ambiental - onde a tendência para a conformação de uma ordem global (imperial) vem ganhando uma enorme legitimidade, talvez só comparável aos direitos humanos. E, aqui, não poderia ser maior o conjunto de contradições que faz emergir entre territorialidades distintas. Indiquemos, de início, que todo um conjunto de idéias e práticas que conformam esse campo aponta claramente para

uma “consciência planetária” e nos convida a nos sentirmos membros de uma “comunidade de destino” (Balandier) mundial, global, planetária (Gonçalves, México, 2001). Afinal, estamos diante de riscos globais, havendo até mesmo autores, como Giddens (1991) e Beck (1992), que vão caracterizar a sociedade moderna como “sociedade de risco”²⁵.

No interior desse campo os Estados Nacionais parecem não ter possibilidades de superar problemas que ultrapassam suas fronteiras posto que as dinâmicas da natureza não as respeitam. Todavia, o mesmo poderia ser invocado com relação à *propriedade privada incondicional e absoluta* que, como vimos, é um dos fundamentos da constituição do Estado Territorial Moderno. Afinal, numa sociedade em que a produção é regida por uma lógica da concorrência que aciona uma busca de aumento da produtividade e, assim, um ritmo incessante que tende para o infinito porque o que busca é a expressão quantitativa da riqueza na sua imaterialidade, os tempos naturais, culturais e psíquicos acabam por ser atingidos ensejando efeitos e contradições várias. Tudo indica que a *propriedade privada incondicional e absoluta* seja mais um dos limites (essência da política, insisto) que precisamos por mais abertamente em debate. O proprietário privado não pode reinar tão soberanamente como reinou até aqui, conforme Karl Polanyi (1978) já nos havia alertado.

Além disso, esse campo ambiental também expõe outras e enormes contradições que reinam no atual “caos sistêmico” que caracteriza a geografia do mundo contemporâneo. Destaquemos o fato de 20% da população mundial ser responsável pelo consumo (produtivo e improdutivo) de cerca de 80% da energia e das matérias primas manipuladas anualmente em todo o planeta. Informação que põe em xeque o argumento malthusiano tão invocado nesse mesmo campo, quando se sabe, com Elmar Altvater (Altvater, 1994), que um estadunidense médio consome o equivalente a mais de 170 etíopes ou a mais de 50 paquistaneses, o suficiente para indicar que um bebê põe mais em risco o planeta quando nasce sob o regime de produção de subjetividades mercantilmente estimuladas. É o que Altvater chamou de regime de produção de bens oligárquicos, ou seja, aquele regime que se funda na produção de bens que só podem existir se for para poucos, pois se todos têm esses bens os riscos de todos aumentam²⁶.

²⁵ - Poupo aqui o leitor de repetir a lista já sobejamente conhecida que nos coloca em risco permanente de sobrevivência enquanto espécie, outra categoria que vem sendo repolitizada..

²⁶ - Aqui, um dos pilares da modernidade, ou seja, aquele que diz que homens e mulheres são iguais, fica ameaçado.

Há, ainda, no interior desse campo todo um debate acerca da diversidade biológica que tem, de uma lado, todo o setor industrial ligado à biotecnologia que, por outro lado, proporciona a possibilidade de múltiplos povos e culturas se apresentarem à cena política como se pode ver por meio da mobilização de populações camponesas, indígenas ou comunidades negras em amplas regiões da América Latina (México, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Brasil, conforme Escobar, 1996; Leff, 2000; Gonçalves, 2001b; Garcia Linera, 2001). Até mesmo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil resignifica suas lutas incorporando-se de modo próprio ao campo ambiental reforçando a perspectiva socioambiental que, no Brasil, foi inaugurada pelos seringueiros e teve sua liderança de maior expressão o ecosocialista Chico Mendes (1944-1988) (Gonçalves, México, 2001a e Gonçalves, São Paulo, 2001b).

Destaque-se, ainda, que é no interior deste campo ambiental que tem sido grande a tensão entre gestores territorialistas nacionais, militares sobretudo, e gestores territorialistas que operam à escala global. As organizações não-governamentais estão, também aqui, fortemente implicadas nessas relações contraditórias. Afinal, trata-se de determinar usos diferenciados aos recursos naturais e a natureza, sabemos, além de portar “recursos naturais” é, também, fonte de recursos simbólicos, de ideologias românticas territorializadas, como os nacionalismos e regionalismos (sangue e terra, por exemplo) que, de uma forma ou de outra, têm se nutrido, até aqui, do conceito moderno de soberania mutuamente excludente²⁷. E o ambientalismo, por seu lado, tem se inspirado na mesma natureza para construir uma ideologia planetarista, da Mãe Terra em franco contraste com a Pátria Mãe.

A mesma tensão de territorialidades pode ser observada nas discussões da Organização Mundial do Comércio (ex-GATT) onde a lógica imperial dos gestores financeiros entra em conflito com as diferentes territorialidades que constituem os Estados Territoriais Nacionais, assim como outras que buscam “um lugar no mundo”²⁸. Aqui tanto

²⁷ - “A configuração espacial de interior e exterior, entretanto, parece-nos ela própria uma característica geral, de fundação, do pensamento moderno” Ou ainda quando nos dizem que “a soberania moderna geralmente tem sido concebida em termos de território (real ou imaginado) e da relação deste com o seu lado de fora. Os primeiros teóricos modernos, por exemplo, de Hobbes a Rousseau, entenderam a ordem civil como um espaço limitado e interior, oposto à ordem externa da natureza ou em contraste com ela” (Negri & Hardt, p. 207).

²⁸ - Inspiro-me aqui na memória de um filme argentino com esse nome.

os bens materiais como os imateriais (culturais) são objeto de intensas e tensas lutas por/contra barreiras e proteções²⁹.

Nesse âmbito ganha particular relevância o debate sobre a propriedade intelectual pelo caráter social e coletivo de bens intangíveis, como o conhecimento, como no conflito entre aquele(a)s que querem colocar barreiras, por patente, e aquele(a)s que querem garantir acesso livre para sementes e cultivares; àquele(a)s que querem colocar barreiras, por patente, ou acesso livre aos remédios e fármacos; ao embate entre o(a)s que querem os *softwares* livres e aquele(a)s que os querem barrados por patente (*Linux X Microsoft*); assim como o debate sobre os direitos autorais coloca como interlocutores válidos, pelo conhecimento que produzem, várias populações e suas culturas que foram até aqui desqualificadas³⁰.

O interessante é observar que nesse seio surge aquilo que parecia impossível, qual seja, uma espécie de “internacional camponesa”, como a Via Campesina³¹. Talvez aqui venha se tornando mais explícito do que em qualquer outro campo a tensão de territorialidades e todo o potencial de que nosso mundo está grávido por novas territorialidades. Aqui está em jogo os diferentes sabores com que nos alimentamos no dia a dia que, sabemos, implica saberes (*savoir e saveur*) e, assim, é toda a cultura que está implicada e, com ela, as paisagens, para nosso conforto e lazer, posto que foram conformadas pelas mais diferentes práticas culturais, daí dizer-se agri+cultura que, estamos vendo, nos oferecem mais do que alimentos e matérias primas. É a chamada multifuncionalidade da agricultura, muito próxima do que Enrique Leff (vem chamando de racionalidade ambiental, quando enfatizado seu caráter político e de justiça social, junto com suas dimensões técnica e cultural (Leff, 1994; Leff, 1998; Leff, 2000 e Leff, 2001)

É no campo de ação direta dos gestores das finanças mundiais com sua lógica imperial – o mercado financeiro propriamente dito - que reina mais do que em qualquer

²⁹ - Mais uma vez, limites e, com eles, o sentido pleno da política (sempre a arte de definir limites, repito).

³⁰ - É significativo da tensão de territorialidades que caracteriza os dias que correm, sobretudo após o 11 de setembro de 2001, que a OMC consiga fazer sua primeira reunião logo depois desse evento, em Novembro desse mesmo ano, a primeira que se dá sem que tenha amplas manifestações da sociedade civil, conforme vinha acontecendo ultimamente. A tranquilidade da referida reunião pode ser obtida em Doha, capital do Qatar no Oriente Médio, ali mesmo onde regimes políticos controlam rigidamente a participação da sociedade civil ao mesmo tempo que garantem o fluxo de petróleo ao ocidente.

³¹ - Um cotejamento dessa experiência com o que diz o Manifesto Comunista de 1848 a respeito dos camponeses talvez se constitua num bom primeiro passo para reunir movimentos sociais distintos e apontar para possíveis novas perspectivas paradigmáticas e políticas.

outro campo, até porque a matéria que nele circula é realmente³² simbólica, o mundo da comunicação por suporte informático (telemático) onde se valoriza, sobretudo, a existência de um mundo virtual. Considere-se, ainda, o significado que tem, nesse mundo e para esses protagonistas, a idéia de que não há limite até mesmo para os dias e noites porque as bolsas funcionam 24 horas. Afinal, não há limite para os números e aqui, já o vimos, estamos no mundo da expressão da riqueza e não da riqueza mesma. Trata-se do que, apropriadamente, tem sido chamado de capital volátil que é aquele capital que se desprende da materialidade do espaço concreto e que tenta submeter as diferentes qualidades que habitam esse espaço à sua lógica, à lógica da quantidade.

A mais completa figura em nosso mundo é apresentada da perspectiva monetária. Daqui pode-se ver um horizonte de valores e uma máquina de distribuição, um mecanismo de economia e um meio de circulação, um poder e uma linguagem. (...)

As grandes potências industriais e financeiras produzem, desse modo, não apenas mercadorias mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico: produzem necessidades, relações sociais, corpos e mentes – ou seja, produzem produtores. (..)

[Assim] um lugar onde deveríamos localizar a produção biopolítica de ordem é nos nexos imateriais da produção de linguagem, da comunicação e do simbólico que são desenvolvidos pelos meios de comunicação. (...)

A mediação é absorvida dentro da máquina produtiva. A síntese política do espaço social é fixada no espaço de comunicação. É por isso que as indústrias de comunicação assumiram posição tão central. Elas não apenas organizam a produção numa nova escala e impõem uma nova estrutura adequada ao espaço global, mas também tornam imanente sua justificação. O poder, enquanto produz, organiza; enquanto organiza fala e se expressa como autoridade. A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as. As indústrias de comunicação integram o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico, não colocando-os a serviço do poder mas integrando-os, de fato, em seu próprio funcionamento (Negri & Hardt, p. 51-52).

Estamos, assim, diante de um deslocamento do *locus* de produção de necessidades que E. Thompson (Thompson, 1998) nos havia chamado a atenção. Não é mais exclusivamente nos seio da família ou mesmo da escola que se dá a conformação da

³² - E não virtualmente.

subjetividade que, assim, se desloca para essas máquinas de fabricação capitalística de subjetividade, conforme gostava de chamar Félix Guattari (Guattari, 1982).

Esses mesmos meios de comunicação vêm caracterizando como movimentos “anti-globalização” todo o conjunto de manifestações que vem se fazendo à escala global e que traz em seu bojo movimentos que comportam múltiplas dimensões, inclusive as territoriais. Ao contrário, esses movimentos sinalizam para outros possíveis regimes de poder à escala global (Milton Santos) indicando, assim, que a escala global, mundial ou planetária se coloca como necessária para todo e qualquer protagonista e que já não é mais monopólio de alguns atuar nessa escala, como tem sido até aqui (do capital bancário e do capital financeiro transnacional - e suas relações, sempre perigosas, com a lumpenbúrguesia narcotraficante de drogas e de armas -, além dos gestores territorialistas globais).

Um dos maiores desafios que se apresenta no desenho possível de novas territorialidades diz respeito ao fenômeno dos enormes deslocamentos populacionais de nossa época.

Um espectro persegue o mundo, o espectro da migração. Todos os poderes estão aliados numa impiedosa operação contra ela, mas o movimento é irresistível. Junto com a fuga do chamado Terceiro Mundo, existe um fluxo de refugiados políticos e a transferência de força de trabalho intelectual, além dos movimentos em massa do proletariado agrícola, industrial e de serviços. Os movimentos legais e com documentos são esmagados pelas migrações clandestinas: as fronteiras da soberania nacional são peneiras, e toda tentativa de regulamentação completa sofre violenta pressão (Negri & Hardt, p. 233).

Há, aqui, mais do que produção e reprodução da força de trabalho para o capital (Gaudemar, J-P) e que tem sido quase sempre analisado pelo prisma da regulamentação das condições técnicas do trabalho pelo capital. Há, também, um desejo irreprimível de liberdade. Não resta dúvida que o que essa multidão, negativamente, procura deixar para trás são as condições miseráveis quase sempre derivadas do modo como suas comunidades e regiões são envolvidos (na verdade (des)-envolvidos, conforme Gonçalves México 2001) pela ordem nacional-global e, positivamente, o que buscam

é a abundância de desejos e a acumulação de capacidades de expressão e produção que os processos de globalização determinaram na consciência de todo indivíduo e de todo grupo social – e, portanto, uma certa dose de esperança. A deserção e o êxodo são uma forma

poderosa de luta de classes, dentro da pós-modernidade imperial e contra ela. Essa mobilidade, entretanto, ainda constitui um nível espontâneo de luta e hoje leva com muita frequência a novas condições desarraigadas de pobreza e miséria (Negri & Hardt, p. 233).

Nesse contexto dos grandes deslocamentos populacionais do mundo de hoje temos tanto as máfias que traficam gente, como cada vez mais se vê nos noticiários, como aqueles caminhões frigoríficos que transportavam europeus orientais e asiáticos para a Inglaterra; ou navios que vagam sem que os diversos estados queiram receber as massas de refugiados que só aumentam, como, recentemente (outubro de 2001), os afegãos que a Austrália se recusou a receber desconsiderando a legislação internacional; e, ainda, e numa outra direção, o elevado número de uma migração seletiva de trabalho altamente qualificado (informática, por exemplo), como a de indianos e paquistaneses trabalhando nos Estados Unidos, assim como de africanos com formação superior trabalhando na Europa (números não muito precisos indicam, nesse caso, mais de 100.000) e, assim, temos trabalho qualificado aumentando a produtividade dos lugares e regiões onde a riqueza é mais concentrada reproduzindo a desigualdade entre países, regiões e comunidades e, assim, reforçando o duplo movimento de migração de gente qualificada e de miseráveis. Temos, ainda, e num outro sentido, os imigrantes equatorianos na Espanha que em manifestações contra sua expulsão do país apresentaram a carta de Cristóvão Colombo de descoberta da América como o documento que deveria servir de base para garantir seu direito ao trabalho assim como sua permanência no país. Na Colômbia, os “desplazados” já somam 2.000.000 sobre uma população total de 30.000.000, indicando um fenômeno novo na medida que, nesse caso, não se trata de migrantes que, de uma forma ou de outra, ainda que impedidos pela circunstâncias, esperam, isto é, têm esperança de, com o deslocamento, melhorar suas condições vida. Não, os “desplazados” não esperam com o deslocamento melhorar as condições de vida. Ao contrário, exatamente porque têm a esperança de poder voltar o mais breve possível para suas comunidades se deslocam, inicialmente, para lugares próximos aos seus “pueblos” e comunidades. Aqui, se revela todo o limite do Estado nacional colombiano para garantir que sua própria população possa permanecer onde estava e a ONU já inicia gestões para atuar nesse campo.

É preciso destacar que a Colômbia é o país que apresenta o maior número de “desplazados” do mundo e o Afeganistão o maior número de refugiados do mundo e, nesse

momento (2001) seus territórios estão sob a ação direta de um poder imperial que se sobrepõe às comunidades e “pueblos”³³, seja através do Plano Estados Unidos/Colômbia (mais conhecido como Plano Colômbia) ou da Guerra Contra o Terrorismo, o que indica a complexa tensão de territorialidades, ainda mais se considerarmos o recente atentado contra o World Trade Center e o Pentágono que nos dá, trágica e espetacularmente, a dimensão global dos conflitos.

Saliento, todavia, o ponto que, acredito, deve ser o alvo de atenção - o da busca de novos regimes de poder por meio de novas territorialidades. E, aqui, quero me aproveitar dessa dupla dimensão mobilidade-permanência que está implicada não só nos múltiplos movimentos que clamam por demarcar suas terras, seus territórios como, também, por essa ampla mobilidade populacional. Talvez para isso devamos destacar o caso das comunidades negras da Colômbia e do Brasil com seus *palenques* e seus quilombos (ou quilombolas), respectivamente. Essas comunidades negras se deslocaram em busca da liberdade contra a escravidão que lhes era imposta pela expansão do mundo moderno na América Latina. Hoje, pelas possibilidades abertas à escala mundial se apresentam como protagonistas políticos reivindicando, exatamente, a consagração das terras onde constituíram seus territórios de liberdade. Portanto, a questão que se apresenta não é simplesmente a do direito de ir e vir, tão destacado pelo liberalismo mas, também o direito de permanecer. E, mais do que isso, o direito de soberanamente decidirem/pactuarem o permanecer ou o deslocar.

³³ - Aqui é importante salientar que o governo colombiano, enquanto governo eleito, pode invocar a legitimidade jurídica e política para em nome do Estado colombiano fazer a mediação com os Estados Unidos. Todavia, devemos saber, também, que prefeitos de 17 municípios do norte da Colômbia, também eleitos, aceitam os termos que tanto as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - como a ELN – Exército de Libertação Nacional - colocam para um acordo nacional e que, enquanto prefeitos, pretendem fazê-lo regionalmente, o que o governo nacional tem procurado a todo custo impedir. O mesmo pode ser visto no Departamento de Cauca, no sul da Colômbia, em que o Bloco Social Alternativo, que recentemente (2000) elegeu, pela primeira vez, um indígena como governador, apresenta um plano alternativo para erradicação manual da coca, contra a fumigação com glifosato feita com aviões do Plano Estados Unidos/Colômbia, acompanhado por um conjunto de medidas agrícolas/agrárias para dar alternativas às populações indígenas, camponesas e às comunidades negras da região e que, também, não tem recebido apoio do governo nacional para implementar essas medidas. Informe-se, ainda, que a principal exigência colocada para que haja um pacto entre as partes é o controle dos grupos paramilitares por parte do governo colombiano. E, sabemos, que o paramilitarismo é a interface mais visível da relação entre o Estado e o Paraestado, via tráfico de droga e de armas. Esse mesmo problema se apresentou, e ainda hoje assombra, países como El Salvador e na Guatemala. De outro modo, mas igualmente grave é, ainda hoje, a situação de países como o Chile, Argentina e Brasil, cuja passagem de regimes ditatoriais para liberais manteve a salvo estruturas paraestatais implicadas com torturas e assassinatos. Algum esboço, ainda que tímido, de uma justiça contra esses casos à escala global vimos ser ensaiada no caso do general Pinochet.

Essas novas tensões de territorialidades nos obrigam a considerar a passagem acusada por Foucault da “sociedade disciplinar” para uma “sociedade de controle”. Assim, os espaços de conformação da subjetividade – a família, a escola, o asilo, a prisão, a fábrica, o estado-nação, o mundo

não [são] mais definido[s] da mesma maneira. A crise significa, em outras palavras, que hoje os *cercados* que costumavam definir o espaço limitado das instituições foram derrubados, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha por todo o terreno social” (Negri & Hardt, p. 216. Os grifos são meus) ³⁴.

As fronteiras, já o vimos, comportam o *front* e trazem consigo, sempre, a memória das lutas que as engendraram. Portanto, mais do que o espaço absoluto dos territórios soberanos dos Estados modernos destacamos seu caráter aberto (poroso) e contraditório, tanto no *front* interno como no *front* externo. Há, sempre, por trás do instituído o processo instituinte e, no caso da fronteira, o limite explicita o seu caráter essencialmente político.

Mas se os limites das fronteiras se mostram tão explícitos quando separa o *front* interno do *front* externo, nem sempre o faz tão claramente quando se trata de ver os processos instituintes, sobretudo, quanto aos seus protagonistas. Por isso destacamos que além dos limites entre as ciências, cada uma com seus territórios rígidos de conhecimento, devêssemos estar atentos para outros conhecimentos até aqui considerados numa hierarquia inferiorizante (como o caso das ciências humanas diante das ciências naturais; da filosofia e da arte diante da ciência) e, indo um pouco além, devêssemos atentar, também, para outros conhecimentos produzidos por outros protagonistas com outras matrizes de racionalidade.

Para isso recuperamos, ainda, o território por seu caráter de conceito híbrido de natureza e sociedade e não somente o caráter jurídico-político como, unilateralmente, tem sido destacado no campo das ciências sociais.

³⁴ - Ou ainda quando nos falam que “a paisagem urbana está mudando do foco moderno da praça comum e do encontro público para os espaços fechados dos *shopping centers*, das *freeways* e das comunidades fechadas. (...) O espaço público tem sido a tal ponto privatizado que já não faz sentido entender a organização social em termos de uma dialética entre os espaços público e privado, entre o dentro e o fora”. (...) A noção liberal do público, o lugar exterior onde agimos na presença de outros, foi universalizada (porque estamos sempre sob o olhar de outros, monitorados por câmaras de sistemas de segurança) e sublimada ou desefetivada nos espaços virtuais do espetáculo” (Negri & Hardt, 2001 : 208).

Enfim, todo o processo que oferecemos à análise deve ter em mente o haitiano Toussaint de L'Ouverture, os equatorianos que querem que se descubra a América na Espanha de hoje, ou a memória dos negros constitucionalizados como 3/5 de um branco nos Estados Unidos e que estão vivas num mundo que tem um grupo como o G-7 e, ainda, tem o direito de veto sendo praticado no Conselho de Segurança da ONU como se, ainda, houvesse países e povos que valem 3/5 de outros povos.

Há, sim, um novo campo que é, ao mesmo tempo, nacional e global, ou imperial como querem Negri & Hardt que, por sua vez, tem ensejado a oportunidade histórica para que novos protagonistas locais e regionais venham à cena política. É nesse novo campo que novas territorialidades devem ser buscadas. Mais do que a geografia estamos diante de geografias, enfim, do desafio geo-grafar nossas vidas, nosso planeta, conformando novos territórios, novas territorialidades.

Bibliografia

- Albuquerque Jr., Durval Muniz**, 1996, *A Invenção do Nordeste e outras artes*, (Recife-São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana e Cortez)
- Altvater, Elmar** 1994, *O Preço da Riqueza*, (São Paulo Edunesp)
- Anderson, P.** 1976, *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo* (Porto, Publicações Escorpião/Ed. Afrontamento)
- Anderson, P.** 1984, *Linhagens do Estado Absolutista*, (Porto, Afrontamento)
- Arrighi, G.** 1994 – *O Longo Século XX* (São Paulo, Contraponto/Unesp)
- Bachelard, G.** 1982, *Poética do Espaço*, em *Os Pensadores*, (São Paulo, Abril ed.)
- Beck, U.** 1992, *Risk Society. Towards New Modernity* (Londres, Sage).
- Bernardo, João**, 2000, *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores* (São Paulo, Boitempo)
- Bourdieu, P.** 1989, *O Poder Simbólico* (Lisboa-Rio de Janeiro, Difel-Bertrand)
- Cassirer, Ernst**, 1977, *Antropologia Filosófica – Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana* (São Paulo, Mestre Jou)
- Castoriadis, Cornelius** 1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade* (Rio de Janeiro, Paz e Terra)
- Capra, F.** 1988, *Sabedoria Incomum* (São Paulo, Cultrix)
- Ceceña, Ana Esther**, 2001, *El Nuevo Pensamiento y la Transformación de la lucha en Argentina – entrevista com Victor de Gennaro*, em *Revista Chiapas* no. 11, 61-74 (México, UNAM/Ediciones Era)
- Clastres, Pierre**, 1982, *Arqueologia da Violência – Ensaios de Antropologia Política*, (São Paulo, Brasiliense)
- Claval, Paul** 1978, *Espaço e Poder* (Rio de Janeiro, Zahar ed.)
- Claval, Paul** 1999, *A Geografia Cultural* (Florianópolis, Edufsc)
- Duby, Georges**, 1982, *AS Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo* (Lisboa, Estampa)
- Escobar, Arturo** 1996a, *La Invención del Tercer Mundo – Construcción y Desconstrucción del Desarrollo* (Santa Fé de Bogotá, Norma ed.)
- Escobar, Arturo e Pedrosa, Alvaro** 1996b, *Pacífico: Desarrollo o Diversidad ?* (Santa Fé de Bogotá, Cerec).
- Espinosa, Myriam Amparo, 2001 *Contraste entre Miradas Colonizadoras y Subalternas sobre Plan Colombia* (Cauca, mimeo)

- Foucault, Michel**, 1979, *Microfísica do Poder* (Rio de Janeiro, Graal)
- Foucault, Michel**, 1976 *Questions à Michel Foucault sur la Géographie* em Revista *Heródote* no. 01 (Paris)
- Fourquin, Guy**, 1987, *Senhorio e Feudalidade na Idade Média* (Lisboa, Edições 70)
- Funtowicz, S. e Marchi, Bruna**, 2000 “*Ciencia Posnormal, Complejidad Reflexiva y Sustentabilidad*”, em en **Leff, Enrique** (coordinador) *La Complejidad Ambiental* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- Garcia Linera, Álvaro** 2001 , *Multitud y Comunidad – La Insurgencia Social en Bolivia* em Revista *Chiapas* no. 11, 07-16 (México, UNAM/Ediciones Era)
- Giddens, A.** 1991, *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, (Cambridge, Polity).
- Gonçalves, Carlos W. Porto**, 1996 – *Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável*, em Revista *Terra Livre* no. 11-12 (São Paulo, Marco Zero/AGB, São Paulo)
- Gonçalves, Carlos W. Porto** 2001a, *Geo-grafias. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad*, (México, Siglo XXI).
- Gonçalves, Carlos W. Porto** 2001b, *Amazônia, Amazônias*, (São Paulo, Contexto)
- Gonçalves, Carlos W. Porto** 2001c, *Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade*, em *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade* (São Paulo, Educ/Fapesp : 135-162)
- Gonçalves, Carlos W. Porto** 2000, *Para Além da Crítica aos Paradigmas em Crise: Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade* (Caracas, Anais do III Encontro Iberoamericano de Educación Ambiental)
- Guatarri, Felix** 1982, *Micropolítica - Cartografias do Desejo* (Rio de Janeiro, Brasiliense)
- Leff, Enrique** 1994, *Ecología y Capital* (México, Siglo XXI).
- Leff, Enrique** 1998, *Saber Ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- Leff, Enrique** 2000, *Pensar la Complejidad Ambiental*, em Leff, Enrique (coordinador) *La Complejidad Ambiental* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- Leff, Enrique** 2001, *Epistemologia Ambiental* (São Paulo, Cortez).
- Le Goff, Jacques**, 1980, *Para Um Novo Conceito de Idade Média - tempo, trabalho e cultura no ocidente -*, (Lisboa, Estampa)
- Le Goff, Jacques**, 1983, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Vol. I e II (Lisboa, Estampa)
- Marx, Karl e Engels, F.** 1947, *The German Ideology* (N. York, International Publishers)
- Negri, A. e Hardt, M.** 2001, *Império* (Rio de Janeiro-São Paulo, Record).

- Polanyi, Karl**, 1978. *A Grande Transformação*, (São Paulo, Campus)
- Prigogine, I. e Stengers, Isabelle** *A Nova Aliança*.
- Raffestin, Claude**, 1993, *Por Uma Geografia do Poder* (São Paulo, Ática)
- Santos, Boaventura de Souza** 1996, *Um Discurso sobre as Ciências* (Porto, Afrontamento, 8ª edição)
- Santos, Boaventura de Souza**, 1997 *Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade* (São Paulo, Cortez, 3ª edição)
- Santos, Boaventura de Souza**, 2000 *Introdução a uma Ciência Pós Moderna* (Rio de Janeiro, Graal, 3ª edição)
- Santos, M.**, 1996, *A Natureza do Espaço – técnica e tempo / razão e emoção* (São Paulo, – Hucitec)
- Simondo, Gilbert** 1989, *Du Monde d’Existence des Objects Techniques* (Paris, Aubier)
- Thompson, E.** 1998, *Costumes em Comum : Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional* (São Paulo, Cia das Letras)
- Thompson, E.** 1983, *A Miséria da Teoria* (Rio de Janeiro, Zahar ed.)
- Winner, Langdon** 1985 “*Do Artifact Have Politics*”, em Machenzie, D. e J. Wacjman, *The Social Shaping of Technology* (Philadelphia, Open University Press, Milton Keynes)

Cuadernos de Trabajo, Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales
Universidad Veracruzana, Diego Leño 8, C.P. 91000, Col. Centro, Xalapa,
Veracruz, México
Telfax (01228) 812 47 19
Email: iihs@uv.mx